



# Câmara Cidadã



Informativo Mensal da Câmara Municipal de Lúna

Lúna/ES, janeiro de 2016 | Ano IV | Número 37

## Após intensa mobilização, escola estadual manterá oferta de ensino fundamental

Juntos, vereadores e pais de alunos da Escola Henrique Coutinho articularam várias reuniões com secretarias de Educação para manter as turmas



A notícia do fim das turmas de 4ª a 8ª séries no Henrique Coutinho gerou muita discussão na Câmara Municipal. Para os vereadores, o município não teria estrutura física nas escolas Dr. Nagem Abikahir e Deolinda Amorim de Oliveira para receber mais de 150 alunos da rede estadual.

A responsabilidade da oferta de ensino básico e fundamental por parte dos municípios e do ensino médio pelo governo estadual está descrito no Plano Nacional de Educação. O que os pais e vereadores discutiram foi que essa transição poderia ser feita gradativamente, para que tanto os alunos, pais e professores quanto os gestores das escolas se adaptem à nova realidade e às demandas, assim como estão fazendo a maioria dos municípios capixabas.

**“Os pais não estão se desfazendo do nível do ensino, mas sim da estrutura, que é péssima”.**

Vereador Rogério César (SDD)

“Eu e o vereador Expedito estivemos em conversa com a secretária de Educação de Lúna. O município peca por falta de investimentos nos prédios das escolas e isso vem gerando insegurança nos pais. O Henrique Coutinho é escola modelo na qual os pais dormiram na fila pra garantir a matrícula no ano passado. Na Deolinda, por exemplo, há muito tempo não tem reforma, as escadas são perigosas”, comentou o vereador Rogério Cezar.

Já para o vereador Expedito Vieira de Andrade Filho,

que é professor na escola Dr. Nagem Abikahir, o problema maior da mudança repentina seria a adequação das salas para a quantidade de novos estudantes e a adaptação dos alunos com a mudança. “Nós temos ensino de qualidade. Lógico que não podemos comparar o prédio da escola estadual. Então, se tiver condição de fazermos essa mudança gradativamente para dar tempo, inclusive, para o município adaptar ou construir mais salas nas escolas para receber mais alunos seria bom”, comentou o vereador Expedito Filho.

**“Os mesmos professores que dão aula no Henrique Coutinho trabalham no Nagem e no Deolinda”.**

Vereador Expedito Vieira (PDT)

## Mínimo sobe para R\$ 880

O aumento do salário mínimo será de 11,6%, já que, atualmente, o valor é de R\$ 788

A partir do dia 1º de janeiro de 2016, o salário mínimo será de R\$ 880. O valor foi definido em decreto assinado no dia 29 de dezembro pela presidenta Dilma Rousseff.

O aumento será de 11,6%, já que, atualmente, o valor é de R\$ 788. “Com o decreto assinado hoje pela presidenta Dilma Rousseff, o governo federal dá continuidade à

sua política de valorização do salário mínimo, com impacto direto sobre cerca de 40 milhões de trabalhadores e aposentados, que atualmente recebem o piso nacional”, diz nota divulgada pelo Palácio do Planalto.

A proposta de Orçamento aprovada pelo Congresso Nacional previa um salário mínimo de R\$ 871.



## TODOS NO COMBATE ao mosquito aedes aegypti

Combater os focos de proliferação do aedes aegypti, mosquito responsável pela transmissão de doenças graves como dengue, chikungunya e zika vírus, é a meta da equipe de Vigilância Ambiental, que convoca a população de Iúna para receber os agentes e também atuar no controle, vistorias e eliminação dos criadouros do mosquito.

Nos últimos seis meses, Iúna não registrou casos das doenças, mas o município possui muitos focos do mosquito, em especial no distrito de Laranja da Terra.

Os agentes de endemias de Iúna realizam visitas domiciliares durante todo o ano, na cidade e na zona rural. E este período de chuvas é propício para a proliferação do mosquito. Por isso, é importante

que as pessoas reforcem as ações para eliminar criadouros no quintal de casa ou em terrenos baldios.

As medidas incluem, por exemplo, verificar se a caixa d'água está bem fechada, não acumular vasilhames no quintal, verificar se as calhas não estão entupidas e colocar areia nos pratos dos vasos de planta.

### FAÇA A SUA PARTE!

A população também pode fazer a sua parte caso detecte possíveis focos do mosquito em terrenos baldios vizinhos ou outros locais suspeitos, por meio do telefone (28) 3545-3106. A Vigilância Ambiental de Iúna funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h, e das 13h às 17h.

## Câmara Hoje

### MESA DIRETORA

PRESIDENTE José Marcos de Moraes (PRB) • VICE-PRESIDENTE Adriano Salviete da Silva (PMDB) • SECRETÁRIO Jonathan Bonfante Moreira (PTB)

### VEREADORES

Adriano Salviete da Silva (adriano@camaraiuna.es.gov.br) • Expedito Vieira de Andrade Filho (expedito@camaraiuna.es.gov.br) • João Batista Ribeiro (joao.ribeiro@camaraiuna.es.gov.br) • Joceni Rocha Martins (Cabo Joceni) (joceni@camaraiuna.es.gov.br) • Jonathan Bonfante Moreira (jonathan@camaraiuna.es.gov.br) • Jonildo de Castro Muzi (jonildo@camaraiuna.es.gov.br) • José Marcos de Moraes (marquinho@camaraiuna.es.gov.br) • José Saloto Sobrinho (saloto@camaraiuna.es.gov.br) • Júlio Maria de Oliveira (juliomaria@camaraiuna.es.gov.br) • Paulo Henrique Leocádio da Silva (paulinho@camaraiuna.es.gov.br) • Rogério César (rogerinho@camaraiuna.es.gov.br)

### Jornal Câmara Cidadã

Informativo mensal das ações da Câmara Municipal de Iúna • COORDENAÇÃO IMPACTMIDIA Publicidade e Assessoria –

DIRETOR Alcino Junior • REDAÇÃO E EDIÇÃO Sílvia Goulart (MTB 01452/JP) • PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E FINALIZAÇÃO André Lobo •

FOTOS IMPACTMIDIA • TIRAGEM 1.000 exemplares



### Calendário das sessões

**11 de fevereiro (quinta-feira)**

**18 de fevereiro (quinta-feira)**

**29 de fevereiro (segunda-feira)**

### CÂMARA MUNICIPAL DE IÚNA

Avenida Presidente Getúlio Vargas, nº 124, 1º andar, Centro, Iúna/ES, CEP 29.390-000

TELEFONE (28) 3545-1458 • FAX (28) 3545-1996

EMAIL faleconosco@camaraiuna.es.gov.br

ACESSE [www.camaraiuna.es.gov.br](http://www.camaraiuna.es.gov.br)

[facebook.com/camaradeiuna](https://www.facebook.com/camaradeiuna)



# Retirada de entulhos na cidade é tema de discussões

janeiro de 2016



Vereadores solicitam informações e orientações definitivas sobre a responsabilidade e fiscalização



Outro ponto muito discutido nas sessões da Câmara e que volta à pauta com o período das chuvas é quanto ao serviço de retirada de entulhos. Agora, os parlamentares discutem a responsabilidade pela coleta dos resíduos de construção, se é da gestão pública ou do morador, quais são as orientações e como será a fiscalização.

principalmente para os servidores não entregarem cartão de visita da empresa para os munícipes porque não está certo. Fazer o papel de interlocutor de propaganda, não!", comentou o vereador Rogério César, que solicitou mais regulação quanto à realização do serviço e fiscalização.

"Sabemos que não é obrigação da Prefeitura, mas ela tira o entulho pra muita gente. Agora, tem uma empresa pra fazer esse serviço, e que cobra uma taxa. Porém, a administração precisa fazer uma conscientização para que os funcionários saibam responder e orientar de forma correta aos moradores,

Como se trata de um período de transição, de acordo com o vereador José Saloto, o serviço ainda é realizado toda sexta-feira pela equipe de limpeza pública. "Já existe uma empresa trabalhando no município, mas é um momento de transição. Terá um aviso por parte da gestão municipal informando sobre essa mudança", disse o vereador Saloto.

## Período de chuvas: vereadores solicitam serviços de manutenção

Nas últimas sessões, os vereadores de Iúna levantaram demandas de serviços da administração para prevenir inundações após fortes chuvas, como as que aconteceram no início de dezembro em algumas ruas do Quilombo, Beira Rio e Niteroi.

"É preciso desentupir os bueiros da cidade para que não aconteça como na última chuva, que alagou várias ruas do Quilombo e na Beira Rio. Temos dois caminhões pipa que podem fazer esse serviço", comentou o vereador Paulinho da Tôca.

"Na rua por cima da chácara dos Flora tem uma manilha muito pequena, e com as obras que a administração fez na estrada de chão ali perto, a lama também entupiu o bueiro, sendo necessário fazer esse serviço", indicou o vereador Rogério César.

O parlamentar também lembrou que o grupo Amigos do Verde busca apoio da administração pra limpar as margens do Rio Pardo. "É preciso mais conscientização das pessoas pra não jogarem lixo no rio e também mais apoio da administração para ajudar o grupo nessa missão





## Parlamentares autorizam Prefeitura a protestar dívidas de contribuintes em cartório

Cobrança extrajudicial permite que a administração efetue arrecadação, via protesto, de contribuintes que estejam em dívida com o município

No final de dezembro, os vereadores de Lúna aprovaram o projeto de Lei que institui o sistema de cobrança extrajudicial de créditos da fazenda pública do município. Ou seja, a iniciativa permite que a administração municipal efetue cobrança, via protesto em cartório, de contribuintes que estejam em dívida com a Prefeitura.

De acordo com a justificativa do projeto, a proposta visa diminuir as ações de execução fiscal que congestionam e encarecem o Poder Judiciário, e também ajudarão no aumento da arrecadação municipal.

A cobrança extrajudicial pelos municípios capixabas foi recomendada pelo Ministério Público de Contas do Espírito Santo (MPC-ES), o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e o Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES) em ato recomendatório conjunto que estabeleceu o fim de 2015 como prazo final para as prefeituras realizarem as cobranças extrajudiciais de forma mais efetiva.

“Sou favorável. Votando esse projeto, o devedor pode resolver pagando a dívida direto no cartório e tem seu nome limpo”, comentou o vereador Jonathan Bonfante.

**“Quem ficará responsável pela cobrança será o cartório”.**

Vereador Jonathan Bonfante (PTB)



O projeto de Lei atende a um ato recomendatório conjunto do Ministério Público de Contas do Espírito Santo (MPC-ES), do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES) e do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCE-ES)

### SAIBA MAIS

Enquanto uma ação de execução fiscal no Judiciário pode levar até nove anos para chegar ao fim, encaminhar esse título para protesto, conforme previsto na lei federal nº 9.492/97 (Lei do Protesto), proporciona a recuperação da dívida pelos entes públicos em três dias.

O devedor que efetuar o pagamento no cartório também tem o menor custo como uma das vantagens, pois não precisará arcar com os gastos inerentes ao processo judicial.

No cartório a dívida precisa ser paga em até três dias, à vista. Mas o protesto não impede o devedor de negociar o parcelamento do pagamento diretamente com o credor, levando ao cancelamento do protesto.

Caso não haja pagamento, nem acordo, o CPF/CNPJ será negativado junto às empresas de cadastro de crédito.